



SENADO FEDERAL

INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) DO SENADO FEDERAL

Meio Ambiente Hoje



BRASÍLIA, JUNHO DE 2012



SENADO FEDERAL

INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) DO SENADO FEDERAL

A imagem de fundo é uma fotografia em tons de cinza de um bosque de bambu, com os troncos verticais criando um padrão repetitivo. Sobreposta ao centro é uma caixa retangular cinza escura, contendo o título principal e o logotipo da comissão.

Meio Ambiente Hoje



BRASÍLIA, JUNHO DE 2012

Expediente

Informativo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

Endereço da Comissão: Plenário 6 , ALA NILO COELHO/Senado Federal/Praça dos Três Poderes Brasília/DF – CEP: 70.165-900 /Telefone: (61) 3303-3935

Secretária da Comissão: Leany Barreiro de Sousa Lemos

Servidores: Habib J. Fraxe Neto, Estevão Hagel Ledur, Márcia Andrea Renno Silva Negreiros, Ana Paula Roncisvalle de Souza, Lindaura de Araújo Castro, Karolyne Karen Laiter, José Mendes da Silva, Marina de Almeida Rosa.

Jornalista responsável: Dinêz Costa – Fotografia: Sheyla Leal

Página da Comissão <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=SF&com=50>

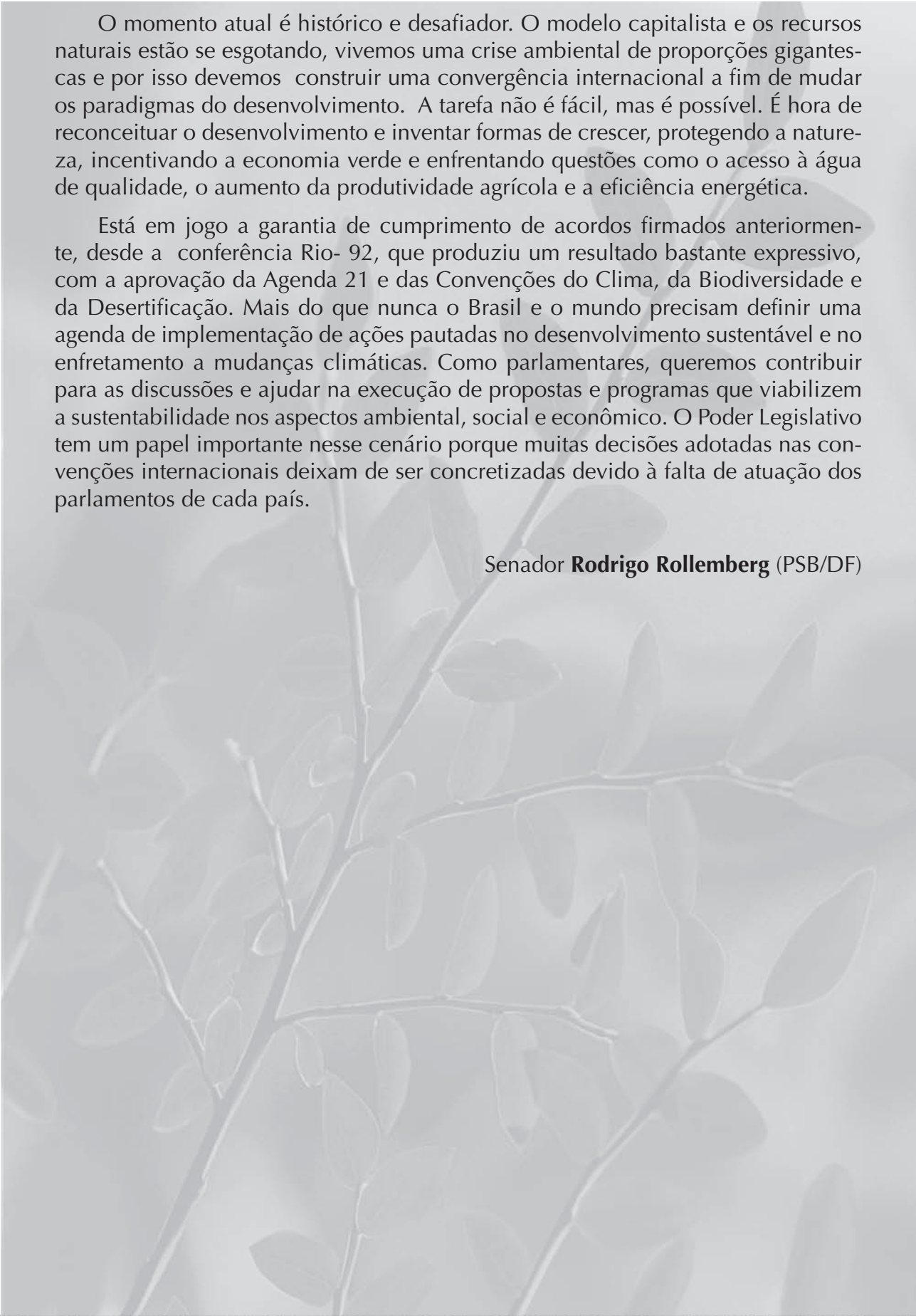
Os slides apresentados nas audiências públicas: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/CMA/audPub.asp>



Palavra do Presidente

Formada por 17 titulares e igual número de suplentes, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal tem sido palco de valiosas discussões sobre os temas que envolvem suas áreas temáticas. Nesse contexto, o debate dos assuntos relacionados à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 tem sido prioritário. Promovemos, ao todo, cerca de 30 audiências públicas, muitas delas em conjunto com a subcomissão que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ouvimos especialistas brasileiros e estrangeiros e representantes da sociedade, que fizeram suas considerações a respeito de questões como economia verde, erradicação da pobreza, inovação para a sustentabilidade e princípios éticos da Carta da Terra. Nessas reuniões foi evidenciada a preocupação de diversos segmentos sociais com a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável que de fato favoreça a inclusão social.



O momento atual é histórico e desafiador. O modelo capitalista e os recursos naturais estão se esgotando, vivemos uma crise ambiental de proporções gigantescas e por isso devemos construir uma convergência internacional a fim de mudar os paradigmas do desenvolvimento. A tarefa não é fácil, mas é possível. É hora de reconceituar o desenvolvimento e inventar formas de crescer, protegendo a natureza, incentivando a economia verde e enfrentando questões como o acesso à água de qualidade, o aumento da produtividade agrícola e a eficiência energética.

Está em jogo a garantia de cumprimento de acordos firmados anteriormente, desde a conferência Rio- 92, que produziu um resultado bastante expressivo, com a aprovação da Agenda 21 e das Convenções do Clima, da Biodiversidade e da Desertificação. Mais do que nunca o Brasil e o mundo precisam definir uma agenda de implementação de ações pautadas no desenvolvimento sustentável e no enfrentamento a mudanças climáticas. Como parlamentares, queremos contribuir para as discussões e ajudar na execução de propostas e programas que viabilizem a sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico. O Poder Legislativo tem um papel importante nesse cenário porque muitas decisões adotadas nas convenções internacionais deixam de ser concretizadas devido à falta de atuação dos parlamentos de cada país.

Senador **Rodrigo Rollemberg** (PSB/DF)

Rio+20 é destaque na Comissão de Meio Ambiente



A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promoveu diversos debates relacionados à Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Em reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em 8/3, o convidado foi o embaixador chinês Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20 (foto). Ele afirmou que o evento será um dos mais importantes na história das Nações Unidas e servirá para analisar o que de fato foi cumprido desde a conferência Rio 92. "O mundo espera que a Rio+20 apresente um plano de ação e de implementação. Nós não precisamos mais de palavras, nós precisamos de mais ação. Desenvolvimento sustentável quer dizer desenvolvimento econômico, social e proteção ambiental. Temos que fazer as três coisas ao mesmo tempo, e de forma concorrente", destacou.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi ouvida pelos senadores em 29/2, quando detalhou aos senadores a programação da Rio+20, incluindo diversos eventos paralelos, como a Cúpula dos Povos, que produzirá a Carta dos Povos, documento que será entregue aos presidentes dos países-membros da ONU. Ela afirmou também que haverá uma forte mobilização de jovens e de diversos integrantes das áreas social e ambiental. "É a inclusão do desenvolvimento solidário. Todos os segmentos terão voz na Rio+20, não somente o governo", ressaltou.

Economia verde

A falta de critérios operacionais da chamada economia verde pode ocasionar a perda de competitividade dos países em desenvolvimento, produtores de itens de forte impacto ambiental. O alerta foi feito em 3/4 pelo diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB), Saulo Rodrigues Pereira Filho, um dos expositores de audiência pública da CMA. Segundo o representante da UNB, a economia da sustentabilidade é o paradigma do século 21, sendo também um conceito brilhante e ambíguo, ao mesmo tempo, porque não se tem clareza de como torná-lo viável. Outro convidado da reunião, Gustavo Luedemann, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destacou que pesquisas acadêmicas apontam que indicadores de sustentabilidade com medição pelo consumo são mais úteis, pois para saber se o crescimento é sustentável é preciso verificar a implicação dos fluxos sobre os ativos dos países e do mundo. Também integraram os debates Mariano Laplane, presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e Shelley de Souza Carneiro, gerente executivo de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O assunto economia verde também foi discutido ano passado, quando os senadores receberam o subsecretário geral das Nações Unidas (ONU) e diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner (foto). Ele afirmou que o Brasil já está em processo de transição para a economia com desenvolvimento sustentável, apesar de ainda não contar com uma estratégia plena, capaz de atingir todos os setores.

José Cruz/Agência Brasil



Lei para o bioma Cerrado

A ideia de criação de uma lei específica para o Cerrado ganhou força na audiência pública de 10/04. Parlamentares e especialistas convidados ao debate defenderam uma legislação para esse bioma que é o segundo maior do país, depois da Amazônia. Eles também pediram a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Cerrado, que tramita na Câmara dos Deputados desde 1995. Para o senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), o Cerrado, que compreende 10 estados e o Distrito Federal, merece atenção especial por causa do processo de devastação, pois até 2008 cerca de 97,6 milhões de hectares já haviam sido desmatados. Isso significa que 47,9% de sua cobertura original já havia sido removida até 2008.

Os senadores Jorge Viana(PT/AC) e Sérgio Souza (PMDB/PR) também sustentaram a proposta de legislação própria para o Cerrado. Já César Victor do Espírito Santo, superintendente-executivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura), lembrou que o Cerrado vem sofrendo rápida transformação nos últimos 50 anos. De acordo com ele, a Mata Atlântica demorou 500 anos para chegar hoje a um remanescente de 7% a 8% do bioma, enquanto o Cerrado, em apenas cinco décadas, já alterou 50% da sua área (dados do Ministério do Meio Ambiente). Também participaram Roberto Brandão Cavalcanti, secretário de biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente, Donizete Tokarski, presidente do conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata), José Roberto Rodrigues Peres, chefe-geral da Embrapa Cerrados e Mercedes Bustamante, professora da Universidade de Brasília (UNB).

Uso sustentável da energia

O uso sustentável da energia foi discutido em 3/5. Um dos expositores da audiência, Altino Ventura Filho, secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, observou que o Brasil "tem muito a dizer na Rio+20", pois não sofre qualquer tipo de escassez no setor, sendo praticamente autossuficiente, importando somente de 5% a 7% da energia consumida. De acordo com dados apresentados por ele, em 2010 petróleo e derivados representaram 37,8% da oferta de energia do país, ao passo que, no mesmo ano, 81% da matriz energética do planeta era composta pelos combustíveis fósseis, que são os grandes causadores do efeito estufa.

A audiência contou ainda com Neilton Fidelis da Silva, assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Marcelo Moraes, coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico; e Eduardo Leão, diretor executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

Inovação para a sustentabilidade

O secretário de políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Nobre, sugeriu metas que segundo ele poderiam ser adotadas pela Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Nessa audiência da CMA realizada em 15/05, o especialista avaliou que é importante que o evento no Rio ofereça um resultado concreto e pragmático, um conjunto de metas globais de desenvolvimento sustentável que vêm sendo discutidas em diversos fóruns internacionais. A maioria das recomendações têm implicações diretas na agricultura, que deve ter seu espaço para plantio estabilizado em todo o planeta, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança alimentar para mais de um bilhão de pessoas que sofrem com a fome crônica, e acabando com o desperdício, já que de 20% a 30% do que é produzido não é aproveitado.

De acordo com Nobre, as metas para o planeta incluem redução em 30% da emissão de gases causadores do efeito estufa no setor agrícola (a agricultura, incluindo ações de desmatamento, é responsável hoje por um terço das emissões desses gases); redução de 70% para 60% do uso da água na agricultura; diminuição do desmatamento global a 20%; aumento do total de áreas protegidas no planeta de 5% para 10% e universalização do acesso à água segura (hoje mais de 1 bilhão de pessoas não tem acesso a esse recurso natural). “Nos países desenvolvidos a ciência é o principal fator. A agricultura moderna não é expansão de área, é ciência e tecnologia”, disse Carlos Nobre.

Paulo Mól Junior, diretor de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que o Brasil poderá se tornar líder da bioeconomia, mas para isso é necessário facilitar o acesso de pesquisadores ao patrimônio genético, o que possibilitará a fabricação de novos fármacos, cosméticos e alimentos. Conforme explicou, o Brasil detém aproximadamente 15% da biodiversidade do planeta, porém faltam pesquisas de acesso à biodiversidade porque processo é burocratizado. “Em dez anos tivemos menos de 300 aprovações ligadas ao patrimônio genético. Isso favorece a pirataria de espécies e o registro no exterior. Destruar as pesquisas liberaria um eixo espetacular de pesquisas no Brasil”, destacou.

O gerente-executivo de relações institucionais do Instituto Ethos, Henrique Lian e José Carlos Barbieri, professor da Fundação Getúlio Vargas foram outros convidados dessa reunião.

Inclusão social como requisito para as cidades sustentáveis



O foco das discussões em 22/5 foi a inclusão social para tornar possível o desenvolvimento do conceito de cidades sustentáveis no país. “Não é possível ter cidades sustentáveis se elas não forem democráticas, se as condições não forem estendidas para todos. Construir um bairro ecológico no meio de uma cidade segregada é mera peça de marketing”, avaliou Celso Santos Carvalho, diretor de Assuntos Fundiários

Urbanos e Prevenção de Riscos, do Ministério das Cidades.

Segundo Carvalho, a inclusão social como requisito para a sustentabilidade será a grande contribuição do Brasil para a Rio +20, pois é justamente a exclusão de setores da sociedade que leva os mais pobres a ocuparem as áreas de interesse ambiental, o que acaba gerando vários outros problemas, como os desastres naturais.

Eduardo Rombauer, representante do Movimento Nossa Brasília, observou que o país precisa de um modelo de crescimento voltado à qualidade de vida da população, que não veja o ser humano apenas como um consumidor. Ele apresentou dados do Distrito Federal, que revelam as contradições do modelo de desenvolvimento sem inclusão social. Disse que apesar de ter uma média de estudos entre os jovens com 15 anos ou mais, de 9,6 anos, superando a média nacional que é de 7,6 anos de estudos, o entorno de Brasília apresenta a mais alta taxa de homicídios do Brasil, de 121 para cada 100 mil homens de 15 a 29 anos, lembrando que os policiais militares do DF recebem o maior salário entre os PMs do país.

Rombauer também ressaltou que a região tem a segunda maior favela do Brasil, o Condomínio Sol Nascente, em Ceilândia, com 56.483 moradores. Segundo dados do IBGE de dezembro de 2011, a Sol Nascente perde apenas para a Rocinha, no Rio de Janeiro, com uma população oficial de 69.161 habitantes.

Outros expositores da reunião sobre cidades sustentáveis foram Renato Balbim, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Elizabeth Pereira, professora do Centro Universitário Una.

Subcomissões aprofundam assuntos da conferência

Além das audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o assunto também foi amplamente discutido nas duas subcomissões do Senado que tratam da Rio+20. As duas subcomissões que funcionam no âmbito da CMA e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) são comandadas pelo senador Cristovam Buarque (foto). Os dois colegiados promoveram reuniões com pesquisadores nacionais e estrangeiros, representantes do governo federal, da sociedade civil, de movimentos sociais e do segmento empresarial. As subcomissões realizaram mais de 20 audiências públicas, com o objetivo responder a 60 perguntas sobre o futuro da humanidade, abordando temas como água, energia, alimentação, superação da pobreza, governança e mudanças climáticas.

Lia de Paula/Agência Senado



Eventos refletem preocupação com preservação ambiental



A Comissão realizou eventos como o Seminário Internacional Diálogos sobre o Protocolo de Nagoia, em 8/5, quando o pesquisador da Universidade das Nações Unidas Geoff Burton, explicou o processo de criação e andamento do Protocolo de Nagoia, que resultou da 10ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade Biológica (CDB), realizada em 2010 no Japão. O documento trata do acesso aos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização (ABS, na sigla em inglês). Segundo Geoff Burton, 92 países já aderiram ao documento, sendo que 4 já foram confirmados pelos respectivos parlamentos. “O protocolo cria um sistema convencional global para pesquisa e negociação de recursos naturais de forma transparente. Ele norteia o uso de recursos genéticos e os benefícios derivados da utilização desses recursos”, afirmou.

Outros expositores foram Carlos Joly, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia; Roberto Brandão Cavalcanti, secretário de biodiversidade e florestas do Ministério do Meio Ambiente; Antony Gross, pesquisador da Universidade das Nações Unidas e consultor do Ministério do Meio Ambiente; Matthias Buck, da direção geral de Meio Ambiente da Comissão Europeia; e Fernando Coimbra, representante do Ministério do Meio Ambiente. O seminário Diálogos sobre o Protocolo de Nagoia foi uma parceria da CMA com o Ministério do Meio Ambiente e a União Europeia.

Na ocasião o senador Rodrigo Rollemberg(PSB/DF) defendeu que os recursos advindos da gestão da biodiversidade sejam repartidos de forma justa com as populações que protegem patrimônio genético distribuído nos biomas brasileiros. Segundo ele, o Congresso Nacional deve criar mecanismos para consolidar o protocolo, que é um instrumento de combate à biopirataria e à exploração desmedida de recursos naturais sem um retorno para as comunidades que vivem nas florestas.

A Carta da Terra e a nova ética da civilização



A concepção de mundo a ser colocada em prática neste século precisa estar pautada numa perspectiva menos imediatista e mais humanista e harmônica, baseada em valores como afetividade e paz. A conclusão é de especialistas e parlamentares que participaram do Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra em 7/5. O teólogo e escritor Leonardo Boff (foto) disse que a mudança de comportamento da humanidade com vistas a uma sociedade global sustentável passa pelo resgate de valores ligados à espiritualidade e um novo modelo não mais baseado no capital, que gera devastação e exclusão social. Citando o livro de ensaios que participou junto com outros intelectuais intitulado “ 7 pecados do Capital”, observou que o mundo precisa superar o atual modelo ético para combater os sete graves erros capitalismo: avareza, ecocídio e biocídio, fetichismo, exploração, latifúndio, roubo do tempo e fome. De acordo com Boff, esses erros são os responsáveis pelas desigualdades no planeta e para combatê-los é necessário inaugurar uma era baseada na ética. “É a ética do humano, do saber cuidar, cuidar do planeta, da sociedade, do outro, dos pobres, dos oprimidos. É uma ética cercada da espiritualidade própria do ser humano, da razão cordial e afetiva. A Carta da Terra traz o encantamento, um projeto de vida. Somos mamíferos racionais e não animais irracionais. Não renunciamos à razão, mas não podemos aceitar a ditadura da razão da modernidade”, ressaltou.

Também participaram do colóquio Brendan Mackey, professor da Griffith University, Queensland/Austrália, o ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, os senadores Cristovam Buarque (PDT/DF) e Jorge Viana (PT/AC), o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ruud Lubbers, ministro de Estado dos Países Baixos e fundador da Comissão da Carta da Terra, Luiz Fernando Krieger Merico, coordenador nacional da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).

Informação sobre biodiversidade

O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp (foto), lançou em 17/04, durante evento da CMA, o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiB-Br). O projeto financiado com recursos na ordem de US\$ 20 milhões provenientes do Ministério e US\$ 8 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF em inglês) será composto por diversas instituições científicas da sociedade e do governo federal. "De forma completa, integrada, todos os dados organizados estarão na rede e qualquer cidadão poderá acessá-los pela internet", afirmou Raupp, acrescentando que o sistema ajudará a garantir o uso de informações sobre a biodiversidade e ecossistemas brasileiros na elaboração e implementação de políticas públicas. De acordo com ele, o plano básico do projeto já existe, mas ainda não está online.

A diretora do SiB-Br e da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Mercedes Bustamante, disse que iniciativas como o SiB-Br ajudarão a preservar as espécies ameaçadas pelas atividades humanas, sobretudo pelos constantes desmatamentos. No caso do Brasil, por exemplo, lembrou que a Mata Atlântica já perdeu 90% de sua cobertura original. Conforme a diretora, a biodiversidade é essencial à fabricação de remédios, pois dos 150 medicamentos mais prescritos pelos profissionais de saúde, mais da metade são derivados da biodiversidade. A especialista também afirmou que 80% da população dos países em desenvolvimento depende da medicina tradicional derivada de plantas locais.



O não retrocesso ambiental



No Colóquio sobre o Princípio da Proibição do Retrocesso ambiental, em 29/3, os debatedores foram unânimes em concluir que a Rio+20 deve consagrar o princípio da proibição do retrocesso ambiental. O professor Michel Prieur (foto), da Universidade de Limoges, na França, um dos formuladores das bases do direito ambiental no mundo, disse que já existe a jurisprudência internacional do não retrocesso em diversas constituições e em outras normas

que tratam o direito ao meio ambiente como um direito da humanidade. O especialista também defendeu que a Rio+20 proclame o não retrocesso ambiental, princípio este que está ameaçado, segundo ele, por questões como as crises econômicas e os processos de globalização. "Tal princípio já existe no direito internacional ambiental, mas isso não foi proclamado, para que ele seja comum na sociedade mundial. O grande suspense é saber se haverá ou não a proclamação desse princípio, que é um instrumento para impedir a degradação contínua do meio ambiente e que, além disso, atende ao preceito da segurança jurídica", ressaltou.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça(STJ), Herman Benjamin, foi outro jurista que sustentou a consagração do não retrocesso ambiental no âmbito da Rio+20. "Vivemos a era da afirmação dos direitos estatuídos. Devemos caminhar somente para a frente. Não é o caso de congelamento do presente. O que não se quer é alterar o resultado final, para que ele não seja menor que o do presente", observou.

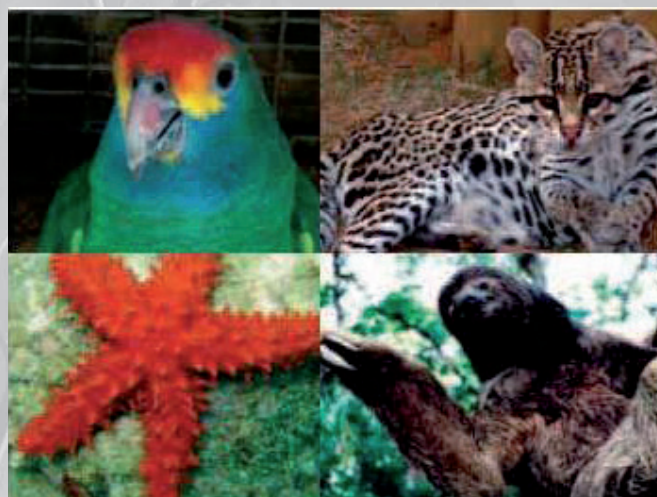
No encerramento do evento o plenário acatou texto apresentado pelo ministro Herman Benjamin em forma de contribuição ao documento final da Rio+20. "No interesse comum da humanidade e das gerações futuras, os Estados devem consagrar, no plano internacional e nacional, o princípio da proibição do retrocesso ambiental, visando a impedir recuo, por ação ou omissão, no nível de proteção jurídica do meio ambiente alcançado até o momento", define o texto.



Espécies ameaçadas

Já no Colóquio "A Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção", em 14/10/2011, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, falou do plano estratégico para conservar a biodiversidade e promover o uso sustentável dos recursos naturais do Brasil. Segundo ela, o país que detém 10% da biodiversidade mundial conhecida e com possibilidade de dominar até ¼ da riqueza ambiental do planeta precisa avançar, principalmente depois de ter assinado, ano passado, o Protocolo de Nagoia, que garante a soberania dos países sobre seus recursos genéticos. Para a ministra, um dos desafios do governo brasileiro é promover a integração de programas ambientais e planos de desenvolvimento econômico e social, com apoio de diversos setores. "Temos que dar mais robustez à conservação, contando cada vez mais com apoio da ciência, em parceria com a sociedade, o setor privado e os entes federados. Já temos 627 espécies da fauna ameaçadas de extinção. Essa lista é simbólica. Se 75% das espécies em salvaguarda estão em áreas federais, quantas estão nas estaduais?", questionou, referindo-se ao fato de a maioria dos animais salvos da extinção estarem abrigados em Unidades de Conservação (UCs) do governo federal.

O evento reuniu especialistas no assunto, entre eles, Simon Stuart, da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que fez uma explanação sobre o trabalho da entidade que tem escritórios em 45 países e atua em conjunto com organizações em mais de 160 países, englobando uma rede de 10 mil cientistas voluntários e especialistas em todo mundo. Conforme o cientista, um dos trabalhos que a UICN incentiva é a adoção de Listas Vermelhas, com o objetivo de alertar sobre as ameaças aos ecossistemas, entendendo que a biodiversidade é fundamental no combate às alterações climáticas e na construção de uma economia verde, baseada em menos carbono.



Recursos hídricos ganham repercussão



O debate sobre estratégias de conservação e gestão dos recursos hídricos também integrou as discussões da Comissão de Meio Ambiente. Durante uma das recentes reuniões da Subcomissão da Água, que é presidida pelo senador Sérgio Souza (PMDB/PR), a ministra do meio ambiente, Izabella Teixeira, avaliou que o 6º Fórum Mundial da Água, realizado em março em Marselha, na França, trouxe contribuições importantes para o Brasil e ajudou a inserir o tema recursos hídricos no cerne das discussões da Rio+20.

Conforme a ministra, durante o evento foi consensual a proposta de um debate de alto nível relacionando os recursos hídricos no contexto da economia verde. Por isso o assunto entrará em pauta nos diálogos sustentáveis que antecedem a Rio+20. Ao avaliar os resultados do fórum em reunião da Subcomissão Permanente da Água, no Senado, presidida pelo senador Sérgio Souza (PMDB/PR), a ministra destacou, ainda, como contribuição positiva a sugestão apresentada em Marselha pela senadora Kátia Abreu (PSD/TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). Pela ideia da CNA acatada pela Embrapa e a Agência Nacional de Águas (ANA), a exemplo do Brasil outros países devem criar Áreas de Preservação Permanente (APP), cuja função é proteger os recursos hídricos. "Oferta de água e compromisso internacional para recuperar Área de Preservação Permanente devem estar na pauta da Rio+20. Recuperar APP não é perder [dinheiro], é assegurar a sustentabilidade e a produtividade das propriedades a médio e a longo prazo", afirmou Izabella.

O presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, alertou quanto à necessidade de investimentos no setor. De acordo com ele, a situação é catastrófica no Brasil, pois 55% dos municípios poderão ter déficit no abastecimento de água. Desses, 84% necessitam de investimentos para adequação de seus sistemas produtores e 16% precisam de novos mananciais. Pelo levantamento da ANA, os municípios carecem de investimentos prioritários que totalizam R\$ 22,2 bilhões, medida que garantirá o abastecimento nessas cidades até o ano de 2025. “ Mesmo que tenhamos avançado no volume de recursos, em comparação ao crescimento das cidades, o saneamento está ficando estagnado. Não está mudando o patamar da situação do saneamento no Brasil”, Analisou Guillo. Os senadores estudam formas de ampliar investimentos nos recursos hídricos e também se disponibilizaram a acompanhar e fiscalizar a implementação da Lei 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os senadores Sérgio Souza (PMDB/PR), Kátia Abreu (PSD/TO), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Jorge Viana (PT/AC) e Aloysio Nunes (PSDB/SP) avaliaram que o encontro na França trouxe contribuições importantes para o Brasil e fortaleceu a candidatura do Brasil para sediar a 8ª edição do evento, em 2018. A próxima reunião do Fórum Mundial da Água, que acontece a cada três anos, será em 2015, na Coreia do Sul.

Quatro subcomissões diversificam ações da CMA

A CMA conta com quatro subcomissões em funcionamento. A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CMACOPOLIM) é presidida pelo senador Blairo Maggi (PR/MT). A Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (CMARIO20) é comandada pelo senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Já a Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte (CMAB-MONTE) é presidida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). A Subcomissão Permanente da Água (CMAGUA) é presidida pelo senador Sérgio Souza (PMDB/PR). Todos esses colegiados contam com planos de trabalho e realizam frequentemente audiências públicas, diligências e outras reuniões para tratar dos assuntos que lhe são pertinentes. A CMACOPOLIM programou visitas dos senadores às 12 cidades que sediarão a Copa de 2014. Os senadores também já visitaram obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, a usina de Belo Monte, no Pará e as instalações da Rio+20, no Riocentro.

Código Florestal teve ampla discussão e inovações no Senado



O projeto da reforma do Código Florestal foi amplamente estudado e debatido no Senado. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promoveu 18 audiências públicas sobre a proposta, muitas delas em conjunto com outras comissões encarregadas de analisar o assunto. O texto aprovado em abril de 2012 pelo plenário da Câmara dos Deputados, no entanto, não refletiu os avanços consolidados no Senado.

O senador Jorge Viana (PT/AC), que relatou o novo Código Florestal na CMA, criticou o texto aprovado na Câmara e pediu que a presidente Dilma Rousseff vetasse as alterações que comprometem o futuro das florestas. “Esse projeto é péssimo para o meio ambiente e ruim também para os produtores rurais”, avaliou, acrescentando que entre os pontos positivos da matéria na versão do Senado estavam os critérios para proteger as nascentes, as restrições para novos desmatamentos, o estabelecimento de áreas urbanas com conceito de faixas de passagem de águas nas inundações e a obrigação de zoneamento ecológico-econômico pelos estados.



SENADO FEDERAL

A NEWSLETTER OF THE BRAZILIAN FEDERAL SENATE
COMMITTEE ON THE ENVIRONMENT,
CONSUMER RIGHTS AND OVERSIGHT (CMA)

The background of the entire page is a photograph of numerous green bamboo stalks. Overlaid on this is a large green rectangular area that contains the title and a faint pattern of leaves and branches.

The Environment Today



BRASÍLIA, JUNE 2012



SENADO FEDERAL
A NEWSLETTER OF THE BRAZILIAN FEDERAL SENATE
COMMITTEE ON THE ENVIRONMENT,
CONSUMER RIGHTS AND OVERSIGHT (CMA)

The background of the cover is a black and white photograph of numerous bamboo stalks. A semi-transparent dark grey rectangular box is centered over the image, containing the title text and a small logo at the bottom.

The Environment Today



BRASÍLIA, JUNE 2012

Expedient

The Environment Today - A Newsletter of the Brazilian Federal Senate Committee on the Environment, Consumer Rights and Oversight (CMA)

Chairman: Senator Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

Committee address: Plenário 6, ALA NILO COELHO/Senado Federal/Praça dos Três Poderes Brasília/DF – CEP: 70.165-900 /Phone #: 55 61 3303-3935

Committee Director: Leany Barreiro de Sousa Lemos

Committee Staff: Habib J. Fraxe Neto, Estevão Hagel Ledur, Márcia Andrea Renno Silva Negreiros, Ana Paula Roncisvalle de Souza, Lindaura de Araújo Castro, Karolyne Karen Laiter, José Mendes da Silva, Marina de Almeida Rosa.

Press Secretary: Dinêz Costa – Photography: Sheyla Leal

Committee homepage: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=SF&com=50>

Slides presented in the public hearings: <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/CMA/audPub.asp>

Translation Service of the Brazilian Senate

Translated and revised by Maria Iracema Martin and Vanira Tavares

A word from the chairman



Composed of 17 members and an equal number of substitutes, the Brazilian Federal Senate Committee on the Environment, Consumer Rights and Oversight (CMA in the Portuguese acronym) has held valuable debates on issues involving its thematic areas. In this context, the discussion of issues related to the United Nations Conference on Sustainable Development Rio +20 has been a priority. We have held about 30 public hearings, many of them jointly with the subcommittee which operates within the External Relations and National Defense Committee (CRE in the Portuguese acronym).

We heard Brazilian and foreign experts and representatives of society, who expressed their views on issues like the green economy, poverty eradication, innovation aimed at sustainability, and the ethical principles of the Earth Charter. In these meetings, it became quite clear that various segments of society are concerned with the construction of a new sustainable development model that actually promotes social inclusion.

The present moment is both historic and challenging. The capitalist model is becoming exhausted, the natural resources are being depleted, and we are experiencing an environmental crisis of gigantic proportions, so we must build an international convergence in order to change the paradigms of development. The task is not easy, but it is feasible. It is time to reconceptualize development and create ways to grow, while at the same time protecting nature, stimulating the green economy, and addressing issues such as access to safe water, increased agricultural productivity, and energy efficiency.

What is at stake is the guarantee of fulfillment of agreements reached since the Rio-92 Conference, which produced a very significant result, with the approval of Agenda 21 and the Conventions on Climate, Biodiversity, and Desertification. More than ever, Brazil and the world need to define an agenda for the implementation of policies based on sustainable development and on tackling climate change. As members of parliament, we want to contribute to the discussions and help in implementing proposals and programs that will enable sustainability in the environmental, social, and economic aspects. The legislative branch plays an important role in this scenario, since many decisions made in international conventions fail to be implemented due to inaction from the parliaments of the various countries.

Senator **Rodrigo Rollemberg** (PSB/DF)
Chairman

Rio+20 gets full attention in the Environment Committee



The Federal Senate Committee on the Environment, Consumer Rights and Oversight (CMA in the Portuguese acronym) has held several debates concerning the United Nations Conference on Sustainable Development Rio+20. In a joint meeting with the External Relations and National Defense Committee (CRE in the Portuguese acronym), on March 3, the guest speaker was Chinese ambassador, Mr. Sha Zukang, Secretary-General of Rio+20 (photo). He stated that the event will be one of the most important ones in the history of the United Nations and will be an opportunity to analyze what has actually been accomplished since the Rio 92 Conference. "The world expects that Rio+20 will present an action and implementation plan. We do not need more words, we need more action. Sustainable development means economic development, social development, and environmental protection. We have to do the three things at the same time, and concurrently", he emphasized.

Environment Minister, Izabella Teixeira, was heard by Senators on February 29, 2012, when she presented a detailed program of Rio +20, including various side events, such as the Peoples' Summit, which will produce the People's Charter, a document that will be delivered to the presidents of the UN member countries. She also declared that there will be a strong mobilization of young people and various representatives of social and environmental areas. "It is the inclusion of solidary development. All segments will have a voice in the Rio+20, not only the government", she said.

Green Economy

The lack of operational criteria of the so called green economy may cause developing countries to lose competitiveness, since they produce items with a strong impact on the environment. The warning was made on April 3, by the director of the Center for Sustainable Development at the University of Brasilia (CDS/UNB), Saulo Rodrigues Pereira Filho, one of the speakers at a public hearing in CMA. According to the UNB official, the economics of sustainability is the paradigm of the 21st century, and it is at once a brilliant and ambiguous concept, because it is not clear how to make it viable. Another guest speaker at the meeting, Gustavo Luedemann, representing the Institute of Applied Economic Research (IPEA in the Portuguese acronym), pointed out that academic research shows that sustainability indicators which measure consumption are more useful. This is because we need to check the impact of flows on the assets of countries and of the world so as to find out whether growth is sustainable. Also participating in the debates were Mariano Laplane, chairman of the Center for Strategic Studies and Management (CGEE in the Portuguese acronym), and Shelley de Souza Carneiro, environment and sustainability executive manager of the National Industry Confederation (CNI in the Portuguese acronym).

The green economy was also discussed last year, when Senators received the Undersecretary General of the United Nations and Executive Director of the United Nations Environment Programme (UNEP), Achim Steiner (photo). He said that Brazil is already in the process of transition to the sustainable development economy, even though the country does not have a full strategy yet, a strategy capable of reaching all sectors.

José Cruz/Agência Brasil



A Law for the Cerrado biome

The idea of creating a specific law for the Cerrado gained strength in the hearing held on April 10. Lawmakers and experts invited to the debate called for a legislation for this biome which is the country's second largest, after the Amazon. They also asked for the approval of the Proposed Amendment to the Constitution (PEC in the Portuguese acronym) on the Cerrado, which has been under examination in the Chamber of Deputies since 1995. For Senator Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), the Cerrado, which comprises 10 states and the Federal District, deserves special attention due to the process of devastation it has been experiencing, since about 97.6 million hectares had already been cleared by 2008. This means that 47.9% of its original cover had already been removed by 2008.

Senators Jorge Viana (PT/AC) and Sergio Souza (PMDB/PR) also supported the proposal of specific legislation for the Cerrado. Cesar Victor do Espírito Santo, executive superintendent of Pró-Natureza Foundation (Funatura), recalled that the Cerrado has undergone a swift transformation over the past 50 years. According to him, the Atlantic Rainforest took 500 years to reach the present status, in which 7 to 8 percent of the biome remains, while the Cerrado, in just five decades, has already suffered a devastation of 50% of its area (data from the Ministry of Environment). Also participating in this debate were Roberto Brandão Cavalcanti, secretary of biodiversity and forests of the Ministry of Environment; Donizete Tokarski, chairman of the board of the Brazilian Environment and Information Technology Agency (Ecodata); José Roberto Rodrigues Peres, head of Embrapa Cerrados; and Mercedes Bustamante, a professor at the University of Brasília (UNB).

Sustainable energy use

The sustainable use of energy was discussed on May 3. One of the speakers at the hearing, Altino Ventura Filho, secretary of energy planning and development of the Ministry of Mines and Energy, noted that Brazil "has much to say at the Rio +20", because it does not experience any type of shortage in this sector; it is virtually self-sufficient, importing only 5 to 7 percent of the energy it consumes. According to data he presented, oil and oil products accounted for 37.8% of the country's energy supply in 2010, while in the same year, 81% of the energy mix of the planet was composed of fossil fuels, which are the major causes of global warming.

The hearing also featured Neilton Fidelis da Silva, advisor to the Brazilian Forum on Climate Change; Marcelo Moraes, coordinator of the Power Industry Forum on the Environment; and Eduardo Leão, executive director of the Sugarcane Industry Association (Unica, in Portuguese) .

Innovation for sustainability

The secretary of policies and programs for research and development of the Ministry of Science, Technology, and Innovation, Carlos Nobre, suggested goals which he said could be adopted by the Conference of the United Nations on Sustainable Development - Rio +20. At the hearing held at CMA on May 15, Nobre estimated that it is important that the event in Rio offer pragmatic and concrete results, a set of global goals of sustainable development that have been discussed in various international forums. Most of the recommendations have direct implications for agriculture: the area for planting must be defined around the globe, while at the same time ensuring food security for over a billion people who suffer from chronic hunger, and putting an end to waste, since 20 to 30 percent of what is produced is not used.

According to Nobre, the goals for the planet include a 30% reduction in the emission of greenhouse gases in the agricultural sector (agriculture, including deforestation actions, is now responsible for one third of greenhouse gas emissions); reduction from 70 to 60 percent of water used in agriculture; reduction of global deforestation to 20 percent; increasing the total protected areas on the planet from 5 to 10 percent; and universal access to safe water (today more than 1 billion people lack access to this natural resource). "In developed countries, science is the main factor. Modern agriculture is not a matter of expanding in area, but rather a matter of science and technology", said Carlos Nobre.

Paul Mól Junior, director of Innovation at the National Industry Confederation (CNI), said that Brazil could become a leader of bioeconomy, but to that end it is necessary to facilitate the access of researchers to genetic assets, which will enable the manufacturing of new drugs, cosmetics, and food. As he explained, Brazil holds approximately 15 percent of the planet's biodiversity, but there is a lack of research on access to biodiversity because of the amount of red tape in the process. "In ten years we have had less than 300 approvals related to genetic resources. This favors the piracy of species and the registration of patents abroad. Reducing research bureaucracy would open a spectacular axis of research in Brazil", he highlighted.

The executive manager of institutional relations of the Ethos Institute, Henrique Lian, and José Carlos Barbieri, professor at the Getulio Vargas Foundation, were also guest speakers at this meeting.

Social inclusion as a requirement for sustainable cities



The focus of discussions on May 22 was social inclusion to bring about the development of the concept of sustainable cities in the country. “You cannot have sustainable cities if they are not democratic, if the conditions are not extended to everyone. Building an eco-neighborhood amidst a segregated city is merely a piece of marketing”, assessed Celso Santos Carvalho, director of Urban Land Affairs and Risk Prevention, of the Ministry of Cities.

According to Carvalho, social inclusion as a requirement for sustainability will be Brazil’s best contribution for Rio +20. It is precisely the exclusion of sectors of society that makes the poorest occupy areas of environmental interest, which ends up generating multiple problems, such as natural disasters.

Eduardo Rombauer, representative of the Nossa Brasília (Our Brasília) Movement, noted that the country needs a growth model focused on the quality of life of the population and which does not see humans as mere consumers. He presented data from the Federal District, which reveal the contradictions of the model of development without social inclusion. Rombauer said that Brasília has an educational average higher than the national standard for young people 15 years of age or older. This group studies 9.6 years, surpassing the national average of 7.6 years of formal education. Despite this, the surroundings of Brasília present the highest homicide rate in Brazil, with 121 for each 100 thousand men, in the age bracket of 15 to 29 years of age. He also noted that the Federal District military police receive the highest salary among their counterparts in the country.

Rombauer also pointed out that the region has the second largest slum in Brazil, Condomínio Sol Nascente, in Ceilândia, with 56,483 people. According to data of December 2011, from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Sol Nascente is second only to Rocinha in Rio de Janeiro, with an official population of 69,161 inhabitants.

Other speakers in the meeting on sustainable cities were Renato Balbim, representative of the Institute of Applied Economic Research (IPEA); and Elizabeth Pereira, a professor at Centro Universitário Una. Outros expositores da reunião sobre cidades sustentáveis foram Renato Balbim, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Elizabeth Pereira, professora do Centro Universitário Una.

Subcommittees delve deeper into the conference topics

In addition to public hearings at the Committee on the Environment, Consumer Rights and Oversight, there were also intensive debates in the two Senate subcommittees that deal with the Rio +20. Both subcommittees work within the CMA and the Committee on External Relations and National Defense (CRE), and are led by Senator Cristovam Buarque (photo). The two collegiate bodies promoted meetings with national and foreign researchers, federal government officials, and representatives of civil society, social movements, and the business segment. The subcommittees held more than 20 public hearings, aimed at answering 60 questions about the future of humanity by addressing issues such as water, energy, food, overcoming poverty, governance, and climate change.

Lia de Paula/Agência Senado



Events reflect a concern for environmental preservation



The Committee held events such as the International Seminar ‘Dialogues on the Nagoya Protocol’, on May 8. In this seminar, Geoff Burton, a researcher at the United Nations University, explained the process of creation and the progress of the Nagoya Protocol, which resulted from the 10th Conference of the Parties of the Convention on Biological Diversity (CBD), held in Japan in 2010. The document deals with access to genetic resources and fair and equitable sharing of benefits arising from their utilization (ABS). According to Geoff Burton, 92 countries have already signed the document, of which four have already been confirmed by their respective parliaments. “The protocol creates a global conventional system for research and trading of natural resources in a transparent manner. It guides the use of genetic resources and the benefits derived from such resources”, he said.

Other speakers were Carlos Joly, representing the Ministry of Science and Technology; Roberto Brandão Cavalcanti, secretary of biodiversity and forests of the Ministry of the Environment; Antony Gross, a researcher at the United Nations University and consultant to the Ministry of the Environment; Matthias Buck, from the European Commission Directorate-General for the Environment; and Fernando Coimbra, representing the Ministry of the Environment. The seminar ‘Dialogues on the Nagoya Protocol’ was a partnership among the CMA, the Ministry of the Environment, and the European Union.

In the event, Senator Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) argued that the resources of biodiversity management should be equitably shared with the populations who protect genetic resources located in the various Brazilian biomes. He said that the Brazilian National Congress should create mechanisms to consolidate the protocol, which is a tool for combating biopiracy and the overexploitation of natural resources without a reward to the communities that live in the forests.

The Earth Charter and the new ethics of civilization



The conception of the world to be put into practice this century must be guided by a perspective that is less immediate and more humanistic and harmonious, based on values such as affection and peace. That is the conclusion of specialists and members of parliament who participated in the International Earth Charter Colloquium on May 7. Theologian and writer Leonard Boff (photo) stated that the change of behavior in humanity with a view to a sustainable global society goes through the rescue of values related to spirituality and a new model, no longer based on capital, which leads to devastation and social exclusion. Citing the essay book in which he participated with other intellectuals, titled “7 Pecados do Capital” (7 Sins of the Capital), Boff remarked that the world needs to get over the current ethical model to fight the seven serious errors of capitalism: avarice, ecocide and biocide, fetishism, exploitation, large rural properties, time theft, and hunger. According to Boff, these errors are responsible for the inequalities in the planet, and to fight them, a new era based on ethics must be inaugurated. “It is the ethics of the humane, of knowing how to care, of caring for the planet, the society, the other, the poor, the oppressed. It is an ethics surrounded by the spirituality that is typical of the human being, of the cordial and affectionate reasoning. The Earth Charter brings enchantment and is a life project. We are rational mammals, not irrational animals. We have not renounced reason but we cannot accept the dictatorship of reason preached by modernity”, he pointed out.

The following participants were also present at the Colloquium: Brendan Mackey, professor at Griffith University, Queensland/Australia; former minister of the environment, José Carlos Carvalho; senators Cristovam Buarque (PDT/DF) and Jorge Viana (PT/AC); Herman Benjamin, justice of the Higher Court of Justice (STJ); Ruud Lubbers, Cabinet Member of the Netherlands and founder of the Earth Charter Committee; Luiz Fernando Krieger Merico, national coordinator of the International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).

Information on biodiversity

Brazilian minister of Science, Technology and Innovation, Marco Antonio Raupp (photo), released on April 17, during an event at CMA, the Information System on Brazilian Biodiversity (SiB-Br). The Ministry of Science, Technology and Innovation invested US\$ 20 million to fund the project while the Global Environment Facility (GEF) supplied US\$ 8 million. Various scientific institutions from society and the federal government will be part of the project. "All of the data, in a complete, integrated and organized fashion, will be on the internet and any citizen will be able to access them" said Raupp, adding that the system will help ensure the use of information on Brazilian biodiversity and ecosystems to prepare and implement public policies. According to him, the basic project plan already exists but is not yet online.

Mercedes Bustamante, Director of SiB-Br and of the Secretariat of Policies and Programs of Research and Development (SEPED) of the Ministry of Science, Technology and Innovation, said that initiatives such as SiB-Br will help preserve species that are endangered by human activity, especially by constant deforestations. In the case of Brazil, for example, she noted that the Atlantic Rainforest has lost 90% of its original cover. According to the director, biodiversity is essential to the manufacture of drugs because of the 150 medicines most prescribed by health care professionals, more than half are derived from biodiversity. Bustamante also stated that 80% of the population of developing countries depends on traditional medicine derived from the native flora.



Non regression regarding the environment



In the Colloquium on the Principle of Non Regression Regarding the Environment, carried out on March 29, panelists were unanimous in concluding that the Rio + 20 should corroborate the principle of non regression regarding the environment. Professor Michel Prieur (photo), from the University of Limoges, in France, who is one of the developers of environmental law in the world, stated that the international

jurisprudence of non regression already exists in several constitutions and in other rules dealing with the right to the environment as a human right. Prieur also argued that the Rio + 20 should acknowledge the principle of non regression regarding the environment, which has been threatened, according to him, by issues such as economic crises and globalization processes. “This principle already exists in international environmental law, but it has not been acknowledged, so that it can become common worldwide. The great suspense is whether or not there will be an acknowledgment of the principle, which is an instrument to prevent the continuing deterioration of the environment and which also complies with the provision of legal certainty”, he pointed out.

The justice of the Higher Court of Justice (STJ), Herman Benjamin, was another jurist who argued for the acknowledgement of the non regression principle regarding the environment within the framework of the Rio + 20. “We live in the era of statutory rights assertion. We must walk forward only. It is not the case of freezing the present. What you don’t want is to change the final result, so that it is less than what we now have”, he noted.

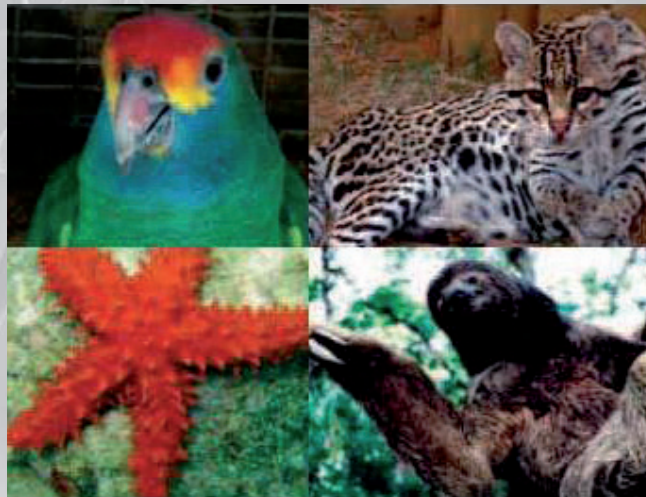


At the closing of the event, the plenary accepted the text presented by Justice Herman Benjamin as a contribution to the final document of the Rio + 20. “In the common interest of humankind and future generations, States must acknowledge, internationally and nationally, the principle of non regression regarding the environment, aiming at preventing setbacks, by action or inaction, at the level of the legal protection achieved so far for the environment”, the text writes.

Endangered species

At the Colloquium “The Protection of Endangered Species”, carried out on October 14, 2011, environment minister, Izabella Teixeira, spoke of the strategic plan to preserve biodiversity and promote sustainable use of the natural resources in Brazil. According to her, Brazil holds 10% of the world’s known biodiversity and has the possibility of holding up to ¼ of the planet’s environmental wealth. Thus, the country needs to advance, especially after signing the Nagoya Protocol last year, which guarantees the sovereignty of countries over their genetic resources. For the minister, one of the challenges of the Brazilian Government is to promote the integration of environmental programs and plans for social and economic development with support from various sectors. “We have to address conservation with more vigor, counting increasingly with support from science and in partnership with the society, the private sector, states and municipalities. We already have 627 endangered wildlife species. This list is symbolic. If 75% of the species are safeguarded in federal areas, how many are there in state areas?” She wondered, referring to the fact that most animals saved from extinction are housed in conservation units (UCs in Portuguese) of the federal government.

The event brought together experts on the subject, among them Simon Stuart, from the International Union for Conservation of Nature (IUCN), who explained about the work of the organization. It has offices in 45 countries and works with organizations in more than 160 countries, encompassing a network of 10 thousand volunteer scientists and experts worldwide. According to Stuart, one of the jobs that the IUCN encourages is the adoption of Red Lists to warn about threats to ecosystems, with the understanding that biodiversity is crucial in the fight against climate change and to build a green economy, based on less carbon.



Water resources gain visibility



The debate on strategies for the conservation and management of water resources are also part of discussions in the Committee on the Environment. During one of the recent meetings of the Subcommittee on Water, which is chaired by senator Sergio Souza (PMDB-PR), environment minister, Izabella Teixeira, assessed that the 6th World Water Forum, held in March in Marseilles, France, brought important contributions to Brazil and helped bring up the theme of water resources to the discussions of the Rio + 20.

According to Teixeira, during the event, the proposal for a high-level debate relating to water resources in the context of the green economy was a consensus. That is why the topic will be in the agenda of sustainable dialogues prior to the Rio + 20. When evaluating the results of the forum in a meeting of the Brazilian Senate Standing Subcommittee on Water, chaired by Senator Sergio Souza (PMDB-PR), the minister also pointed out as a positive contribution the suggestion presented in Marseilles by senator Kátia Abreu (PSD/TO), president of the National Confederation of Agriculture and Livestock (CNA in the Portuguese acronym). According to the idea presented by CNA and embraced by both Embrapa and the National Water Agency (ANA), following Brazil's example, other countries must create Permanent Preservation Areas (APP in the Portuguese acronym), whose function is to protect water resources. "Water supply and international commitment to recover Permanent Preservation Areas must be on the agenda of the Rio + 20. Recovering APPs is not wasting money but ensuring sustainability and productivity of properties in the medium and long term", said Teixeira.

The President of the National Water Agency (ANA), Vicente Andreu Guillo, cautioned on the need for investments in the sector. According to him, the situation is catastrophic in Brazil, because 55% of municipalities may have a deficit in water supply. Of these, 84% require investments to accommodate their water systems and 16% need new springs. According to surveys carried out by ANA, municipalities lack priority investments in the amount of R\$ 22.2 billion to ensure water supply in these cities until the year 2025. “Even if we have advanced in terms of volume of resources, compared to the growth of cities, sanitation is stagnant. Sanitation levels in Brazil are not changing”, stated Guillo. Senators are studying ways to expand investment in water resources. They are also available to monitor and oversee the implementation of Act no. 9,433/1997, establishing the National Water Resources Policy and creating the National System of Water Resources Management.

Senators Sergio Souza (PMDB-PR), Kátia Abreu (PSD/TO), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Jorge Viana (PT/AC) and Aloysio Nunes (PSDB/SP) assessed that the meeting in France brought important contributions to Brazil and strengthened the candidacy of Brazil to host the 8th edition of the event, in 2018. The next meeting of the World Water Forum, which takes place every three years, will be in 2015 in South Korea.

Four subcommittees diversify actions of CMA

Currently CMA has four subcommittees in activity. The Standing Subcommittee for monitoring the 2014 World Cup and the 2016 Olympics (CMACOPOLIM) is chaired by Senator Blairo Maggi (PR/MT). The Temporary Subcommittee to Monitor the UN Conference on Sustainable Development (CMARIO20) is led by Senator Cristovam Buarque (PDT/DF). The Temporary Subcommittee to Follow up on the Implementation of the Belo Monte Power Plant (CMABMONTE) is chaired by Senator Flexa Ribeiro (PSDB/PA). The Standing Subcommittee on Water (CMAGUA) is chaired by Senator Sergio Souza (PMDB-PR). All of these collegiate bodies have work plans and often hold public hearings, proceedings and other meetings to deal with their affairs. The CMACOPOLIM scheduled visits of the senators to the 12 cities hosting the 2014 FIFA World Cup. Senators have also visited the construction site of Jirau and Santo Antônio Power Plants, in Rondônia; Belo Monte Power Plant, in Pará; and the premises of the Rio + 20, in Riocentro.

The Forest Code had extensive discussion and innovations in the Senate



The bill of the Forest Code reform has been extensively studied and debated in the Senate. CMA held 18 public hearings on the proposal, many of which together with other committees in charge of analyzing the matter. The text adopted in April 2012 by the plenary of the Chamber of Deputies, however, did not reflect the advances consolidated in the Senate.

Senator Jorge Viana (PT/AC), who was rapporteur of the new Forest Code in CMA, criticized the text approved in the Chamber and asked President Dilma Rousseff to veto the changes that jeopardize the future of forests. “This bill of law is awful for the environment and bad for farmers”, assessed Viana, adding that among the positive points of the matter in the Senate version were the criteria to protect the springs, the constraints to further deforestation, the establishment of urban areas with flood flow strips and the obligation of creating ecological-economic zones in the states.

Senator Luiz Henrique (PMDB/SC), rapporteur of the bill in three committees, argued for the reestablishment of the Forest Code approved in the Senate.